



Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação  
e a Agricultura



Organização  
Pan-Americana  
da Saúde



Organização  
Mundial da Saúde

ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas

**2016**

América Latina  
e o Caribe

# PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

**SISTEMAS ALIMENTARES  
SUSTENTÁVEIS PARA ACABAR  
COM A FOME E A MÁ NUTRIÇÃO**



# 2016

AMÉRICA LATINA E O CARIBE

# PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SISTEMAS ALIMENTARES  
SUSTENTÁVEIS PARA ACABAR  
COM A FOME E A MÁ NUTRIÇÃO

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

Publicado por:  
Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a  
Agricultura (FAO) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)  
**Santiago, 2017**

As denominações empregadas neste produto informativo e a forma em que os dados são apresentados não implicam, por parte da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) ou da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) juízo algum sobre a condição jurídica ou o nível de desenvolvimento de países, territórios, cidades ou zonas, nem sobre suas autoridades, nem a respeito da demarcação de suas fronteiras ou limites. A menção de empresas ou produtos de fabricantes em particular, estando ou não patenteados, não implica que a FAO ou a OPAS os aprovelem ou os recomendem em preferência a outros de natureza similar que não se mencionam. As opiniões expressadas neste produto informativo são as de seu (s) autor (es) e não refletem necessariamente os pontos de vista nem as políticas da FAO e da OPAS.

A FAO e a OPAS incentivam o uso, a reprodução e a divulgação do material contido nesta publicação. Salvo que seja indicado o contrário, poderá ser copiado, fazer download e imprimir o material para estudo privado, pesquisa e ensino, ou para utilização em produtos ou serviços não comerciais, desde que sejam reconhecidas adequadamente a FAO e a OPAS como as fontes detentoras dos direitos autorais e que isso não implique de forma alguma que a FAO ou a OPAS aprovelem os pontos de vista, ou recomendem produtos ou serviços de terceiros.

Todas as solicitações relativas aos direitos de tradução e adaptação assim como a revenda e outros direitos de uso comercial deverão ser realizadas por meio do endereço eletrônico [www.fao.org/contact-us/licence-request](http://www.fao.org/contact-us/licence-request) ou encaminhadas a [copyright@fao.org](mailto:copyright@fao.org).

Os produtos de informação da FAO estão disponíveis na página web da Organização ([www.fao.org/publications/es](http://www.fao.org/publications/es)) e podem ser adquiridos mediante solicitação por correio eletrônico dirigida a [publications-sales@fao.org](mailto:publications-sales@fao.org). As publicações da OPAS estão disponíveis em sua página web ([www.paho.org](http://www.paho.org)).

Este texto é o resumo executivo da edição 2016 do *Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe*, uma publicação anual elaborada pelo Escritório Regional para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelo Escritório da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS)/ Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Para fins de comunicação e divulgação foram removidos do texto todas as referências e citações bibliográficas, que podem ser encontradas no documento completo *Panorama*, disponível em <http://www.fao.org/3/a-i6747s.pdf>.

Um reconhecimento especial a Cynthia García, que entregou a tradução para este sumário executivo e Palova Souza para revisão e edição do texto.







SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT  
GOALS

# PRÓLOGO

A América Latina e o Caribe (ALC) encontram-se em uma fase de transição entre dois momentos chave em seu desenvolvimento. Embora nos últimos 20 anos os países da ALC tenham feito progressos na prevenção e controle de deficiências nutricionais, observa-se um rápido aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade, que afeta todas as populações, independentemente da sua condição econômica, domicílio ou origem étnica.

A coexistência da fome, da desnutrição, das deficiências de micronutrientes, do sobrepeso, da obesidade ocorrem, entre outras causas, devido à falta de acesso a uma alimentação saudável que forneça a quantidade de nutrientes necessários para levar uma vida saudável e ativa. O crescimento econômico e uma maior integração da América Latina e do Caribe nos mercados internacionais têm levado a mudanças nos padrões alimentares: observa-se uma diminuição em preparações culinárias tradicionais baseadas em alimentos frescos, preparados e consumidos no lar, e uma presença e consumo cada vez maior de produtos ultraprocessados com baixa densidade de nutrientes, mas alto conteúdo de açúcar, sódio e gordura. Esta mudança no padrão alimentar tem contribuído para a persistência da desnutrição em todas as suas formas e para a diminuição da qualidade de vida.

Esse cenário requer uma análise aprofundada da sustentabilidade e pertinência nutricional do sistema alimentar atual, que leva em conta o crescimento demográfico, as demandas impostas pela vida

urbana, o poder de compra das famílias, a conveniência e as preferências culturais da população; e que proponha estratégias inovadoras para garantir que todas as pessoas, especialmente a população pobre e os que vivem em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a uma alimentação saudável, nutritiva e suficiente ao longo do ano.

Em 2015, a ALC completou um período de êxito na redução da fome e da desnutrição ao alcançar a meta 1C dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e reduzir pela metade a prevalência de desnutrição. Naquele mesmo ano, a comunidade internacional ratificou a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais um dos objetivos é a erradicação definitiva da fome e da desnutrição em todas as suas formas até 2030. Além disso, em 2016 a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Década de Ação para a nutrição 2016-2025, com o objetivo de posicionar a Nutrição no centro da Agenda 2030, e para promover a cooperação em matéria de segurança alimentar e nutricional em todo o mundo.

A América Latina e o Caribe saíram à frente do resto do mundo ao estabelecer a sua própria meta, ainda mais exigente, por meio da Iniciativa América Latina e o Caribe sem Fome e o Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e a Erradicação da Fome da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Por meio destes, os países comprometeram-se a erradicar a fome até 2025, cinco anos antes da meta consensuada nos ODS.



Da forma similar, ao aprovar o Plano de Aplicação Integral da Nutrição Materna, do Lactante e da Criança, os países da América Latina e do Caribe comprometeram-se a reduzir significativamente a desnutrição, o sobrepeso e a anemia, e a aumentar a prevalência da amamentação antes de 2025.

Tanto na agenda mundial de desenvolvimento quanto na regional destaca-se a importância da implementação de abordagens intersetoriais, e o estabelecimento de uma coordenação efetiva entre os atores para atingir as metas de desenvolvimento. Neste contexto, as duas principais agências internacionais dedicadas à agricultura, à alimentação, à nutrição e à saúde uniram esforços para caracterizar de maneira ampla e integral a segurança alimentar e nutricional e propor soluções integradas.

Assim, pela primeira vez, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS) uniram-se para editar, de maneira conjunta, o relatório mais importante do estado da luta contra a fome e a desnutrição na região: o Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e no Caribe.

Nesta edição do Panorama é descrita a situação da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe, colocando ênfase especial sobre o estado nutricional, e sua importância para conseguir o desenvolvimento econômico e social da região.

Esta publicação é o primeiro passo de uma série de esforços coordenados entre a FAO e a OPAS para acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, para que os nossos Estados-Membros possam cumprir com o objetivo 2 dos ODS. Esperamos que este esforço também venha a servir como motivação para os governos, as agências internacionais de desenvolvimento, os doadores, o sector privado e a sociedade civil coordenarem ações para acabar com a fome e a desnutrição.

Raúl Benítez

**Representante Regional  
para a América Latina e o Caribe  
Organização das Nações Unidas  
para a Alimentação e a Agricultura (FAO)**

Dra. Carissa F. Etienne

**Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde  
(OPAS) - Diretora Regional para as Américas da  
Organização Mundial da Saúde (OMS)**



©UN Photo/Cia Pak

**CAPÍTULO 1**  
**NOVOS DESAFIOS**  
**PARA A**  
**ALIMENTAÇÃO NA**  
**AMÉRICA LATINA**  
**E NO CARIBE**

# NOVOS DESAFIOS PARA A ALIMENTAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA OPORTUNIDADE PARA ELIMINAR A FOME E A DESNUTRIÇÃO

Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são, em grande parte, um reflexo de mudanças sociais e econômicas vividas no mundo nos últimos anos: um ambiente com desafios pendentes e outros emergentes<sup>1</sup> mas que, diferente da agenda promovida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), reconhece que estes problemas atingem todos os países, estão intimamente interligados e sua solução requer a concordância e o trabalho de todos.

---

<sup>1</sup> Cabe recordar que muitos dos problemas atuais de desenvolvimento abordados nos ODS não estavam suficientemente presentes nos ODM, como por exemplo as mudanças climáticas, a desigualdade, a padrões de consumo ineficientes, ou as dificuldades de geração e acesso à energia.

Os ODS, além de continuar o trabalho iniciado pelos ODM, têm duas características que os diferenciam de seus antecessores, e que envolvem mudanças significativas na forma em que os países os abordarão:

- 1) As metas incluem não apenas a redução, mas também a **eliminação completa dos muitos problemas sociais**. Entre eles, o Objetivo 2 propõe a erradicação absoluta da fome e da desnutrição;
- 2) Os países deverão avançar no estabelecimento de melhores mecanismos para o cumprimento dos ODS, que envolvam a adoção de uma **abordagem integrada e multissetorial** para responder adequadamente aos compromissos assumidos pelas diferentes nações.

Estas duas características configuram um cenário em que, para alcançar estes objetivos, será necessário um aprofundamento da natureza abrangente de governança proposta pela Agenda 2030: a inclusão de novos atores, tanto do ponto de vista da sua natureza - atores públicos, privados, academia e sociedade civil - e sua associação setorial - agricultura, alimentação, saúde, nutrição, educação, desenvolvimento social, economia, etc; e a sua

integração efetiva, com espaços adequados para que essa interação seja consolidada.

Em particular, o objetivo relativo ao êxito da segurança alimentar e nutricional da Agenda 2030 é o ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Entre as 8 metas e os 15 indicadores, existem 2 metas que fazem referência direta à erradicação da fome e à desnutrição:

**a) A Meta 2.1:** *Em 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, especialmente os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo os lactantes, a uma alimentação saudável, nutritiva e suficiente durante o ano todo;*

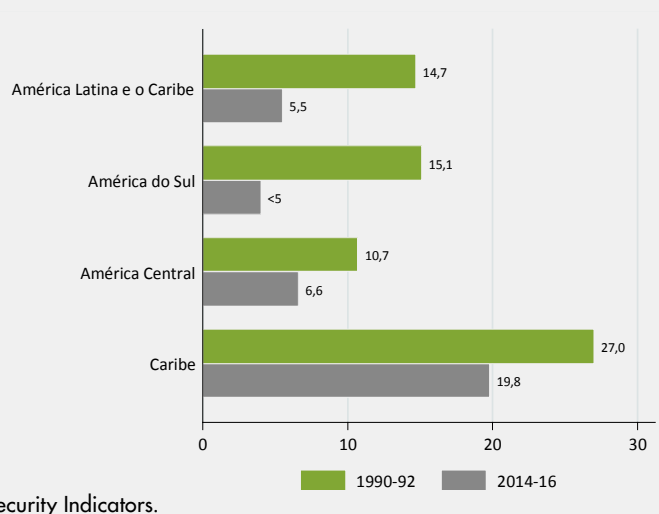
**b) A Meta 2.2:** *Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, mesmo alcançando, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre o atraso o crescimento e a emaciação de crianças menores de 5 anos, e abordar as necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e idosos.*

Um dos principais indicadores sobre a situação da fome, e que vem do monitoramento dos ODM, corresponde à prevalência da desnutrição, que agora é um dos indicadores da meta 2.1. A Figura 1 mostra a evolução nesse indicador na América Latina e no Caribe nos últimos 25 anos, no qual observa-se a tendência contínua para a redução que permitiu diminuir em mais da metade, a prevalência de desnutrição no período. Ainda assim, todavia, 5,5% da população, cerca de 37,4 milhões de pessoas, não suprem suas necessidades energéticas diárias.



**FIGURA 1**

## EVOLUÇÃO DA PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE (1990-92 E 2014-16), EM PERCENTUAL



Fonte: FAO (online). Global Food Security Indicators.

Por outro lado, dois dos principais indicadores da Meta 2.2 correspondem à prevalência de desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos; e a prevalência em crianças com menos de 5 afetada por sobrepeso<sup>2</sup>.

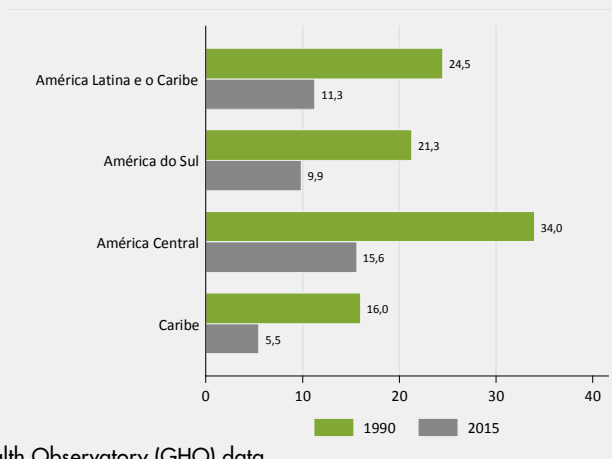
Para o primeiro indicador, as estimativas de desnutrição crônica infantil na América Latina e no Caribe vêm caindo desde 1990, quando 24,5% das crianças eram atingidas. Em 2015, este número foi de 11,3%, o que significa que 6,1 milhões de crianças sofriam de desnutrição crônica (Figura 2).

Por outro lado, a Meta 2.2 também aborda a outra face da desnutrição, acompanhando a evolução da prevalência de sobrepeso em crianças menores de 5 anos. De acordo com as últimas estimativas, 7,2% das crianças menores de 5 anos na América Latina e no Caribe, isto é, 3,9 milhões de crianças, eram atingidas por esta condição em 2015 (Figura 3).

<sup>2</sup> Cabe assinalar que este indicador (numerado como 2.2.2) faz referência textual à “prevalência da desnutrição entre crianças menores de 5 anos, separada por tipo”. Na versão resumida do Panorama foi incluído apenas o sobrepeso em menores de 5 anos, mas a versão completa inclui também a prevalência da desnutrição aguda, sendo ente outro dos indicadores oficiais da Meta 2.2.

**FIGURA 2**

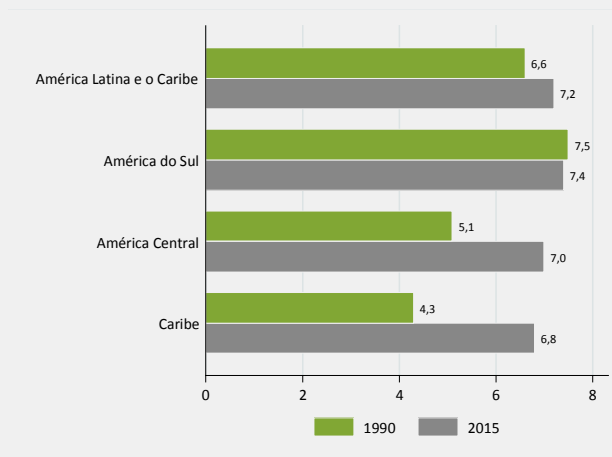
## **EVOLUÇÃO DA PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO CRÔNICA INFANTIL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE (1990 E 2015), EM PERCENTUAL**



Fonte: OMS (online). Global Health Observatory (GHO) data.

**FIGURA 3**

## **PREVALÊNCIA DE SOBREPESO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE (1990 E 2015), EM PERCENTUAL**



Fonte: OMS (online). Global Health Observatory (GHO) data.

# A AMÉRICA LATINA E O CARIBE JÁ POSSUEM INSTRUMENTOS MUNDIAIS E REGIONAIS PARA ALCANÇAR O ODS 2

Embora o período de trabalho nos ODS esteja apenas começando, os países da América Latina e do Caribe já possuem ferramentas que podem orientar a elaboração de políticas, legislações, programas e intervenções que permitam alcançar com êxito o ODS 2 e, em particular, nas metas recém assinaladas 2.1 e 2.2. Entre estes instrumentos políticos destacam-se os seguintes:

## a) **Marco de Ação da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (CIN2) 2025.**

Aprovado em 2014, no contexto da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição liderada pela FAO e pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nela os países do mundo comprometeram-se, entre outros assuntos, a erradicar a fome e terminar com a todas as formas de desnutrição e a reverter a tendência crescente de sobrepeso e obesidade e reduzir a carga de doenças não transmissíveis (ENT) relacionadas com a dieta; promover sistemas alimentares sustentáveis; aumentar a importância da nutrição nas políticas públicas; elaborar políticas para promover uma alimentação saudável; e melhorar a informação disponível aos consumidores sobre produtos alimentares. Para isso, os países adotaram um Marco de Ação com 60 recomendações de políticas para alcançar os objetivos da CIN2. Cabe destacar que no contexto da implementação do Marco de Ação, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução para declarar a Década de Ação para a Nutrição 2016-2025, com o objetivo de

mobilizar recursos para a luta contra a fome e a desnutrição no mundo.

## b) **Plano de Implementação Integral sobre Nutrição Materna do Lactante e a Criança Pequena.**

Foi aprovado em 2012 pela Assembleia Mundial de Saúde, e tem seis metas globais de nutrição a serem cumpridas até 2025: 1) Reduzir em 40% a desnutrição crônica em crianças menores de 5 anos; 2) Reduzir em 50% a anemia em mulheres em idade reprodutiva; 3) Reduzir em 30% a prevalência de baixo peso ao nascer; 4) Assegurar que não haja aumento nas taxas de sobrepeso em crianças; 5) Aumentar em pelo menos 50% a taxa de aleitamento materno exclusivo nos primeiros 6 meses; 6) Reduzir e manter debaixo de 5% a desnutrição aguda em crianças.

## c) **Plano de Ação Mundial para a Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNT).**

Em 2013, os países do mundo comprometeram-se, através deste plano, a cumprir as 9 metas voluntárias: 1) Reduzir em 25% em termos relativos, a mortalidade total por doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas; 2) Reduzir pelo menos 10% do uso nocivo do álcool; 3) Reduzir em 10% a prevalência de inatividade física; 4) Reduzir em 30% a ingestão média diária de sal/sódio da população; 5) Reduzir em 30% a prevalência de consumo atual de tabaco em pessoas de 15 anos ou mais; 6) Reduzir 25% da prevalência de hipertensão, ou a limitação da prevalência de hipertensão de acordo com circunstâncias de cada país; 7) Deter o aumento da diabetes e obesidade; 8) Que pelo menos 50% das pessoas que precisam recebam tratamento e assistência para prevenir ataques cardíacos e acidentes cardiovasculares; e 9) Disponibilizar a 80% as tecnologias básicas e medicamentos essenciais necessários para tratar as principais doenças não transmissíveis.

d) **Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da CELAC 2025.** Tendo como antecedente a Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome, em 2015, os 33 países membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) contavam com este Plano como um marco estratégico de políticas para acabar com a fome e a desnutrição na América Latina e no Caribe em 2025. Para atingir esse objetivo, o Plano está estruturado em 4 pilares que trazem recomendações de políticas públicas em nível nacional e regional : 1) Estratégias coordenadas de segurança alimentar por meio de políticas públicas nacionais e regionais, com enfoque de gênero e de perspectiva dos direitos; 2) Acesso apropriado e sustentável a alimentos inócuos, adequados, suficientes e nutritivos para todas as idades; 3) Bem-estar nutricional e garantia de nutrientes, respeitando a diversidade de hábitos alimentares, e; 4) Produção estável e atendimento apropriado frente a desastres de origem sócio-natural que possam atingir a disponibilidade de alimentos.

e) **Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade na Infância e na Adolescência.** São propostas cinco linhas de ação estratégicas para enfrentar o fenômeno: 1) Atendimento básico de saúde e promoção do aleitamento materno e alimentação saudável; 2) Melhoria do ambiente no que diz respeito à nutrição e atividade física nas escolas; 3) Políticas fiscais e regulamentação da publicidade e rotulagem de alimentos; 4) Outras medidas multissetoriais; 5) Vigilância, pesquisa e avaliação.

Uma característica comum nestes marcos especializados em saúde e segurança alimentar e nutricional é que vão além do âmbito tradicional setorial em que se desenvolvem; isto é, são instrumentos de política que envolvem diversos atores e setores que estão envolvidos na erradicação da fome e da desnutrição. Desta forma, fazem frente, como mencionado acima, ao caráter amplo dos ODS e a necessidade de enfrentá-los de forma coordenada.

O caráter intersetorial do ODS 2 e dos planos e marcos de ação acima referidos observa, entre outros aspectos, que sua realização requer necessariamente o trabalho conjunto dos setores relacionados com a nutrição e a agricultura, duas áreas-chave de segurança alimentar e nutrição.

# O SUCESSO DO OBJETIVO 2 DOS ODS DEPENDE DO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E SENSÍVEIS À NUTRIÇÃO

Transformar os nossos sistemas alimentares, integrando a agricultura com a nutrição, é uma das medidas necessárias dentro do desafio que significará, ao longo dos próximos 15 anos, a erradicação da fome e da desnutrição na América Latina e no Caribe. Portanto, é essencial que os países da região orientem os seus esforços nos próximos anos para desenvolver sistemas alimentares sustentáveis e sensíveis à nutrição.

Um sistema alimentar sustentável é aquele que fornece alimentos nutritivos e acessíveis para todos, e em que a gestão dos recursos naturais preserve os ecossistemas para atender não só as necessidades humanas atuais e futuras, mas também a entrega de produtos e serviços alimentares, econômicos, ambientais e nutricionais.

Por outro lado, um sistema alimentar sensível à nutrição é definido como aquele que reconhece o papel da agricultura e da alimentação na nutrição e coloca a redução da desnutrição dentro de seus objetivos ao buscar o aumento da disponibilidade de alimentos, não apenas em termos de volume, mas também de acessibilidade, diversidade, sustentabilidade e características nutricionais. Isto implica que o aumento da produtividade de diversos

itens agrícolas leva em conta os efeitos nutricionais, sociais e ambientais dos alimentos.

A melhora das características e o funcionamento dos sistemas alimentares é fundamental para garantir uma boa nutrição, que por sua vez é a base para o desenvolvimento físico e cognitivo, o bem-estar, a boa saúde e a produtividade econômica. Não se trata apenas disso: uma boa nutrição é a chave para romper o ciclo intergeracional da pobreza. Uma boa nutrição materna permite o nascimento de crianças saudáveis, que crescem como adultos saudáveis e menos propensos a doenças que possam afetá-los na sua inclusão produtiva e social. De fato, as estimativas do Banco Mundial colocam as perdas econômicas devidas à desnutrição ou deficiências de micronutrientes, em nível mundial, entre 2 a 3 pontos percentuais do PIB. Da mesma forma, a OMS tem advertido que o sobrepeso e a obesidade estão ligados às taxas menores de produtividade e ao aumento dos custos médicos devido ao tratamento das DNTs.

Entre os determinantes da boa ou má nutrição - esta última entendida como desnutrição, sobrepeso, obesidade e deficiência de micronutrientes - as características dos padrões alimentares são definitivamente um dos mais importantes. A quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos são a chave para a redução conjunta da fome e desnutrição em todas as suas formas, e é também a área onde as transformações dos sistemas alimentares pode ter efeitos importantes na nutrição. De fato, as mudanças demográficas e econômicas das últimas décadas têm resultado em transformações nos padrões de consumo e com efeito nos sistemas alimentares: isto observa-se na passagem de uma dieta baseada em refeições e pratos preparados sem processar ou minimamente processados, para uma baseada cada vez mais em produtos ultraprocessados ricos em açúcares livres, gorduras não saudáveis e sal.



Uma dieta baseada em produtos com alta densidade calórica, ou seja, ricos em açúcar, sal e gordura é um fator de risco para o desenvolvimento de obesidade e outras doenças não transmissíveis; da mesma forma que uma dieta insuficiente e pouco variada aumenta o risco de desnutrição e deficiência de micronutrientes. Neste sentido, e considerando que a desnutrição é uma questão transversal que está presente em todos os segmentos da população, o estabelecimento de padrões de consumo mais saudável torna-se uma das vias mais efetivas e sustentáveis ao longo do tempo para melhorar o estado nutricional na região.

Embora a composição de uma dieta saudável dependa das particularidades culturais de cada país ou região, há um consenso de que deve conter uma combinação equilibrada de macronutrientes, como carboidratos, proteínas e gorduras; e micronutrientes essenciais, tais como vitaminas e minerais. Isso se refletiu no estabelecimento de guias alimentares baseados em alimentos (GABAs) na maioria dos países do mundo, que recomendam como base de uma dieta adequada o consumo de alimentos frescos, incluindo variedades de cereais, especialmente os integrais, legumes, frutas e vegetais, bem como alimentos de origem animal.

A contribuição dos sistemas alimentares na nutrição e particularmente no estabelecimento de padrões alimentares saudáveis é chave. Sem a existência de uma oferta variada e acessível de alimentos de diferentes espécies, será impossível para os países promoverem mudanças nos padrões de consumo que permitam o estabelecimento de uma alimentação

saudável. A realidade da região, em particular, mostra como, apesar dos aumentos na qualidade e diversidade das exportações agrícolas, o abastecimento interno continua a ter uma diversidade e qualidade limitada, especialmente no que diz respeito à alimentação dos setores mais vulneráveis, que tem tido efeitos negativos sobre os padrões de consumo da população.



# **CAPÍTULO 2**

## **ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

# ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

## A AMÉRICA LATINA E O CARIBE POSSUEM ALIMENTOS SUFICIENTES PARA ALIMENTAR A SUA POPULAÇÃO: O DESAFIO É GARANTIR UMA OFERTA ALIMENTAR VARIADA E SAUDÁVEL

A produção de alimentos e de produtos agrícolas na América Latina e no Caribe aumentou ao ritmo da demanda, permitindo ter alimentos suficientes para toda a população e, ao mesmo tempo, ser um ator importante no comércio agroalimentar mundial. Este bom desempenho se traduz em um aumento da disponibilidade alimentar em termos calóricos, que

chega a 3.069 calorias por dia por pessoa, tendo como significado um aumento de 15% em comparação com a disponibilidade observada no início da década de 1990.

Ao longo dos últimos 25 anos, observa-se que na América do Sul a disponibilidade alimentar aumentou 19%, alcançando 3.141 calorias por dia por pessoa, como média. A região da América Central, entretanto, tem 2.964 calorias per capita, o que significa um aumento de 5% em relação ao mesmo período; enquanto no Caribe apresentou um aumento de 19% na disponibilidade calórica no período, atingindo no último triênio 2.758 calorias por dia por pessoa.

Esta situação, no entanto, não garante que todas as pessoas consumam alimentos de qualidade, em quantidade e variedade adequadas para a manutenção de uma alimentação saudável e nutritiva. De fato, assim como a disponibilidade calórica é importante, é também a origem alimentar das calorias em termos de macro nutrientes. Como se observa na Tabela 1, a ingestão de gordura total não deve exceder 30% do total de calorias consumidas e, assim, é recomendado também que 10% de calorias sejam provenientes de açúcares livres.

**TABELA 1****MARGENS DAS METAS DE INGESTÃO DE MACRO NUTRIENTES PARA A POPULAÇÃO**

Fator alimentar	Meta (% da energia total, caso não haja nada indicado)
Gorduras totais	15% - 30%
Ácidos graxos saturados	<10%
Ácidos graxos poliinsaturados (AGPI)	6% - 10%
Ácidos graxos poliinsaturados n-6	5% - 8%
Ácidos graxos poliinsaturados n-3	1% - 2%
Ácidos graxos trans	< 1%
Ácidos graxos monoinsaturados	Por diferença
Carboidratos totais	55%-75%
Açúcares livres	< 10%
Proteínas	10% - 15%
Colesterol	< 300 mg/dia
Cloreto de sódio (sódio)	< 5 g/dia (< 2 g/dia)
Frutas e verduras	≥ 400g/dia
Fibra alimentar total	em alimentos
Polissacarídeos não-amiláceos (PNA)	em alimentos

Fonte: OMS (2003).



Uma análise da disponibilidade de gramas por pessoa de diferentes grupos de alimentos, tanto em nível mundial e regional (Tabela 2), permite observar que as frutas e legumes são o grupo de alimentos com maior disponibilidade per capita, seguido de cereais e carnes.

**TABELA 2**

**DISPONIBILIDADE DE GRUPOS DE ALIMENTOS EM REGIÕES DO MUNDO. EM GRAMAS POR DIA POR PESSOA, MÉDIA PARA 2009-11**

	Cereais	Carnes	Frutas e verduras	Peixe	Lácteos	Legumes	Raízes e tubérculos	Açúcares	Azeites vegetais
<b>América Latina e o Caribe</b>	<b>341</b>	<b>187</b>	<b>446</b>	<b>27</b>	<b>335</b>	<b>31</b>	<b>143</b>	<b>119</b>	<b>37</b>
Caribe	283	125	568	27	179	40	201	109	30
América Central	413	148	404	27	283	32	43	133	28
América do Sul	318	208	452	26	371	29	178	114	41
<b>Mundo</b>	<b>402</b>	<b>115</b>	<b>568</b>	<b>51</b>	<b>244</b>	<b>18</b>	<b>170</b>	<b>66</b>	<b>31</b>
África	416	50	359	28	125	30	354	44	23
Ásia	426	85	628	58	156	17	122	46	25
Europa	360	209	570	60	601	8	228	113	49
Oceania	254	297	526	72	522	9	174	127	54
América do Norte	291	319	612	60	685	12	165	161	81

Fonte: FAO (online). FAOSTAT

Um olhar específico sobre a América Latina e o Caribe mostra que a região, tanto no conjunto como no nível sub-regional, excede os 400 gramas diárias disponíveis de frutas e verduras per capita, o que cumpriria com as recomendações da ingestão de alimentos estabelecidas pela OMS. Chamam a atenção, por outro lado, as médias de disponibilidade

regionais de açúcar, carne e peixe: enquanto os dois primeiros estão bem acima da média mundial, e, no caso do açúcar encontra-se acima da média europeia, a disponibilidade de peixes é bem abaixo da média mundial. De fato, a América Latina e o Caribe é a região com menor número de gramas de peixe disponível per capita no mundo.

Em relação aos macro nutrientes, no entanto, a Tabela 3 mostra que, em termos de quantidade, a região tem uma disponibilidade proteica dentro da faixa recomendada. No caso de gorduras, se observa que a disponibilidade está acima do recomendado. Por outro lado, uma análise sub-regional mostra que a disponibilidade proteica está entre as margens de ingestão recomendada, enquanto a disponibilidade de

gorduras, tanto na América Central e do Sul a disponibilidade excede a quantidade máxima recomendada de ingestão. Cabe assinalar que embora haja disponibilidade de certos grupos de alimentos ou macro nutrientes não é sinónimo de consumo, mas é um importante antecedente para caracterizar a estrutura do padrão alimentar regional.

**TABELA 3**

**MÉDIA DE REQUISITOS DE ENERGIA APROPRIADOS (ADER)  
\* FAIXA DE CONSUMO DIÁRIO E DISPONIBILIDADE DE PROTEÍNA E GORDURA POR PESSOA.  
MÉDIA PARA 2009-11**

	ADER	Rango em calorías		Rango em gramas		Disponibilidade em gramas	
		Calorías	Proteínas	Gorduras	Proteínas	Gorduras	Proteínas
América Latina e o Caribe	2.375	236-354	354-708	59-88	39-79	82	92
Caribe	2.372	237-356	356-712	59-89	40-79	66	68
América Central	2.310	231-347	347-693	58-87	39-77	81	84
América do Sul	2.378	238-357	357-713	59-89	40-79	84	98

Fonte: Elaboração própria com dados da FAO. FAOSTAT y Global Food Security Indicators.

\*Se utiliza a média dos requisitos de energia alimentar (ADER, sigla em inglês), correspondente a uma referência normativa para a nutrição adequada na população. Por cada grama de carboidrato e proteína 4 calorías são obtidas; por cada grama de gordura 9 calorías são obtidas.

# O ATUAL CONTEXTO ECONÔMICO PÕE EM RISCO OS AVANÇOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

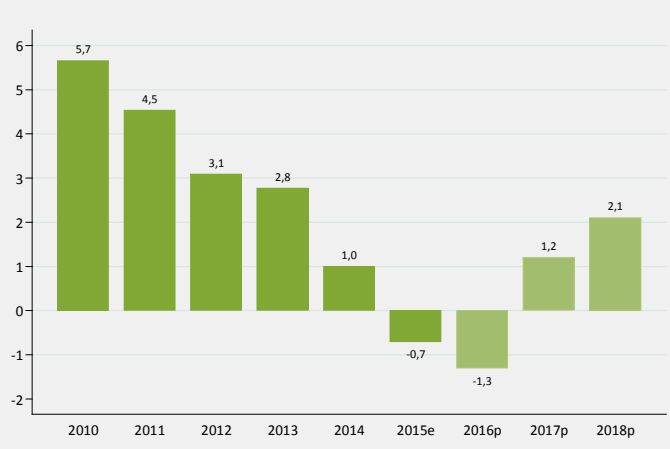
A transformação dos padrões de consumo não depende apenas da disponibilidade de alimentos, mas também do acesso da população à oferta no abastecimento. Entre os vários determinantes do acesso a alimentos, o crescimento econômico é uma

das bases para melhorar as condições de vida, aumentar a renda das famílias e garantir a segurança alimentar e nutrição. Durante 2014, o crescimento do PIB da região foi de apenas 1%, e para 2015, a região apresentou um decréscimo de 0,7%; somente a partir de 2017 se estima uma recuperação do crescimento a nível regional (Figura 4). A contração econômica gerou repercussões nos países: o desemprego mostra um aumento no nível regional, e as tendências na redução da pobreza e da desigualdade mostraram estagnação e inclusive aumentos nas taxas de alguns países, o que poderia colocar em risco a segurança alimentar e nutricional das famílias mais vulneráveis.

Dentro da região, os países da América do Sul, como exportadores de produtos básicos, são os que aparecem como os mais afetados pelo contexto

**FIGURA 4**

## CRESCIMENTO E PREVISÃO DO PIB NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ENTRE 2010 Y 2018, EM PORCENTUAL



Fonte: Banco Mundial (Online) Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Banco Mundial (2016). e corresponde às estimativas; p corresponde às projeções.

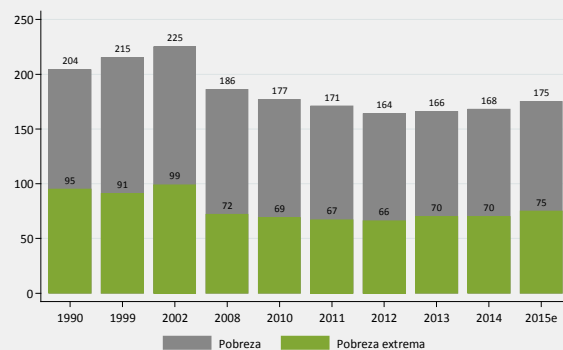
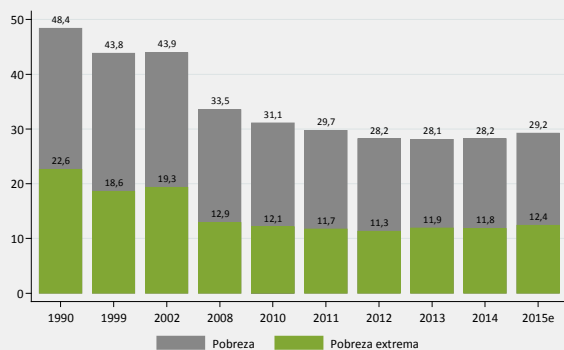
econômico, confrontado uma menor demanda de suas principais exportações e uma queda nos preços internacionais de tais produtos. Na América Central e no Caribe, os países são menos afetados pela desaceleração, e espera-se uma rápida recuperação nos próximos anos. No entanto, cabe assinalar que muitos países das ambas sub-regiões têm desafios ainda importantes com relação à erradicação da pobreza, à fome e à desnutrição.

A superação da pobreza é fundamental para garantir o acesso aos alimentos e a erradicação da fome. A este respeito, a região já tem feito grandes progressos na redução da pobreza, em um contexto de estabilidade macroeconômica. Desde 1990, as taxas de pobreza e de pobreza extrema foram

reduzidas e, em termos absolutos, também tem havido uma diminuição significativa no número de pessoas em condição de pobreza e de extrema pobreza. No entanto, é importante notar que, desde 2012, a situação tem mudado: no caso da prevalência da pobreza e da pobreza extrema as taxas têm permanecido estagnadas, e inclusive tem havido aumento no caso da pobreza extrema. Em termos absolutos a quantidade de pessoas atingidas pela pobreza e pela pobreza extrema tem tido aumento ligeiro mas de forma constante (Figura 5).

**FIGURA 5**

**EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA POBREZA EXTREMA NA AMÉRICA LATINA, 1990-2015. PREVALÊNCIA (ESQUERDA) E MILHÕES DE PESSOAS (DIREITA)**



Fonte: CEPAL (2015a).  
e corresponde às estimativas.

# O PREÇO DOS ALIMENTOS CONDICIONA O ACESSO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, EM ESPECIAL PARA A POPULAÇÃO VULNERÁVEL

Entre as variáveis que determinam o acesso aos alimentos encontram-se os preços, pois estes determinam a quantidade e a qualidade dos alimentos que as famílias podem adquirir com uma certa renda. Em um cenário em que a redução da pobreza e da desigualdade estão estagnadas na região, é importante analisar os custos de uma dieta saudável contra a oferta de produtos caloricamente densos que, em ocasiões, costumam ser mais baratos que os alimentos tradicionais, e muitas vezes deslocam dietas mais saudáveis em contextos de menor renda disponível.

Com base em dados de 8 países da região<sup>3</sup>, foram analisados de acordo com as suas características nutricionais o custo por 100 calorias de 10 tipos de produtos: açúcar (açúcar livre, açúcar refinado, açúcar mascavo); guloseimas (produtos transformados que contenham açúcares livres, geleias e chocolates); bebidas açucaradas (refrigerantes, sucos engarrafados e suco em pó contendo açúcar); leguminosas (feijões, lentilhas, ervilhas); manteigas e óleos (manteiga, margarina, óleos); carnes (todos os tipos de carne,

peixe e ovos); produtos lácteos (leite, iogurte, creme de leite, queijo); frutas; verduras; e cereais (cereais, raízes, tubérculos e amidos). Os resultados, mostrados na Figura 6, permitem afirmar que o custo por caloria das frutas e vegetais é mais elevado do que o custo de açúcar por calorias, o que pode limitar o acesso ao alimento necessário para ter uma dieta saudável, especialmente para famílias de baixo poder aquisitivo.

## A OBESIDADE E O SOBREPESO AUMENTAM NA REGIÃO, E CONVIVEM COM TAXAS AINDA RELEVANTES DE DESNUTRIÇÃO

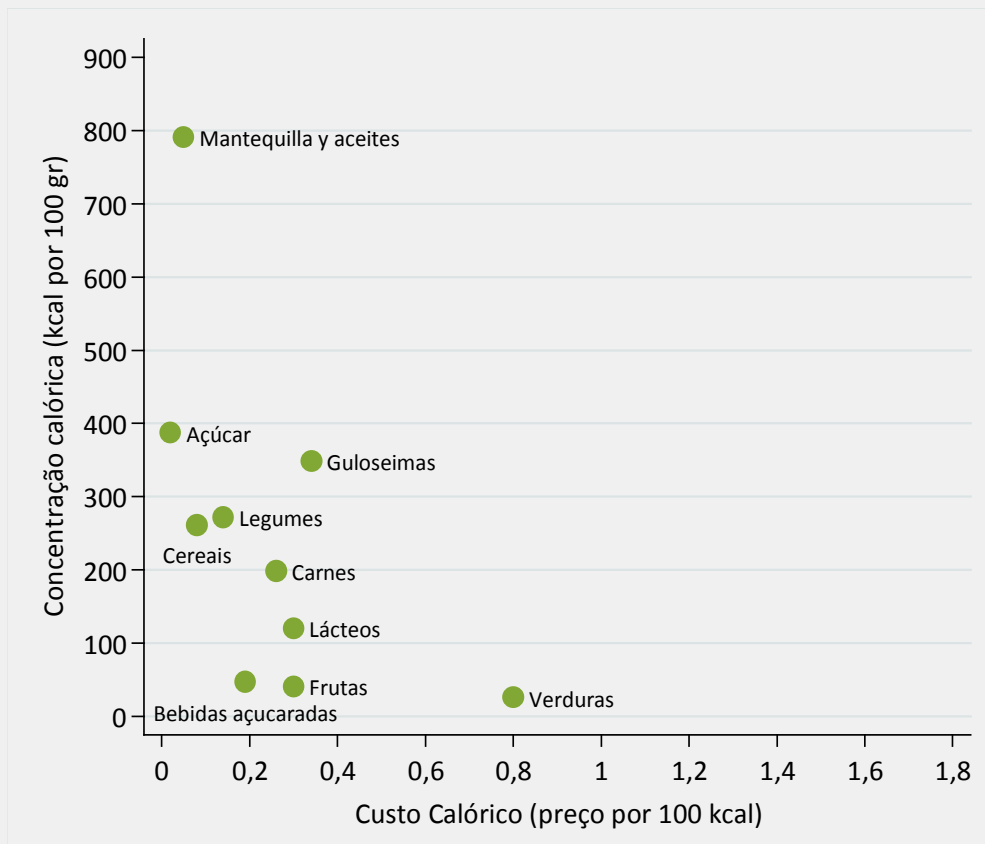
A desnutrição se manifesta de várias formas e está presente em uma grande parcela da população da região. Entre as suas causas diretas encontra-se o consumo inadequado de alimentos em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as necessidades básicas do organismo. As várias formas de desnutrição implicam em uma deterioração no desenvolvimento individual, minando as chances de desenvolvimento e tornando-se um pesado fardo para os sistemas de saúde, o que traz uma série de consequências econômicas e sociais.

---

<sup>3</sup> Foi realizada uma análise em pequena escala, segundo os dados disponíveis das cestas de alimentos nos índices de preços ao consumidor, os preços e a composição das cestas básicas de alimentos segundo fontes oficiais no Estado Plurinacional da Bolívia, Chile, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Uruguai.

**FIGURA 6**

**CONCENTRAÇÃO CALÓRICA (POR 100 GRAMAS) VERSUS GASTO CALÓRICO (EM DÓLARES) POR GRUPO DE ALIMENTOS. MÉDIA DE 8 PAÍSES**



Fonte: Elaboração própria com informações oficiais dos países.



A análise de alguns indicadores permite sustentar a afirmação que, apesar dos progressos nesta área, na região coexistem a desnutrição crônica, as deficiências de micronutrientes e o sobrepeso e a obesidade; muitas vezes no mesmo nível socioeconômico e inclusive na mesma família.

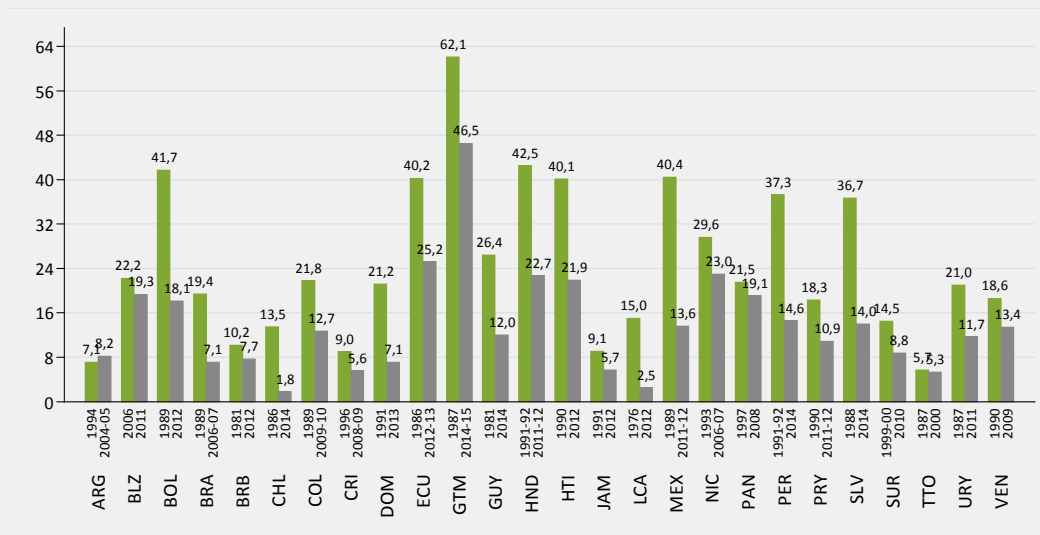
Por um lado, a desnutrição infantil diminuiu nas últimas décadas na América Latina e no Caribe, de 18% em 2000 para 11,3% em 2015. No entanto, a Figura 7 mostra que ainda há países onde a prevalência de desnutrição crônica é consideravelmente alta, afetando principalmente os setores mais pobres e, principalmente, nas áreas

rurais. Atualmente, 6,1 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade estão neste estado, estando divididas em 3,3 milhões na América do Sul; 2,6 milhões na América Central; e 200.000 no Caribe.

Além disso, como observado na Figura 8, a prevalência de sobrepeso em crianças menores de 5 anos varia entre os países, e é distribuído de 3,6% no Haiti (2012) a 12,2% em Barbados (2012). Cabe assinalar que a Argentina, Barbados, o Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Belize, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Jamaica, México, Paraguai e Uruguai apresentam uma prevalência acima da média ALC, correspondendo a 7,2 %.

**FIGURA 7**

## EVOLUÇÃO DA DESNUTRIÇÃO CRÔNICA INFANTIL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, EM PERCENTUAL



Fonte: OMS (online). Dados do *Observatório Mundial da Saúde* (GHO) e informações oficiais dos países.

A importância de reduzir a prevalência de desnutrição em crianças menores de 5 anos consiste, entre outras coisas, em que as consequências da desnutrição terão um impacto maior ao longo do ciclo de vida delas (desde a infância até a idade

adulta), afetando assim as possibilidades de desenvolvimento físico e mental, e aumentando o risco de doenças não transmissíveis nos estágios iniciais da vida.

**FIGURA 8**

### **PREVALÊNCIA DE SOBREPESO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS EM ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, VÁRIOS ANOS, EM PERCENTUAL**



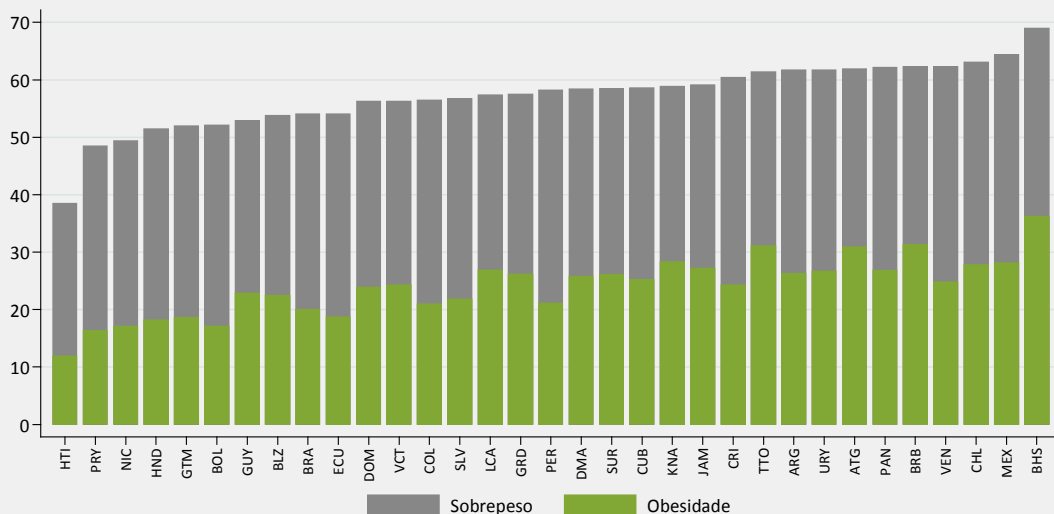
Fonte: OMS (online). Dados do *Observatório Mundial da Saúde* (GHO).

A prevalência de sobrepeso e obesidade é particularmente preocupante em maiores de 18 anos. Estima-se que cerca de 58% da população (cerca de 360 milhões de pessoas) estão com sobrepeso e que a obesidade afeta 23% (140 milhões). Assim, o sobrepeso afeta pelo menos metade da população de todos os países da região, salvo o Haiti (38,5%), o Paraguai (48,5%) e a Nicarágua (49,4%). A Figura 9 mostra que o Chile, o México e as Bahamas lideram

as estatísticas regionais com 63%, 64% e 69%, respectivamente. Da mesma forma, cabe destacar que a proporção de mulheres com obesidade muitas vezes supera a dos homens, e em mais de 20 países a diferença é maior em 10 pontos percentuais. Por exemplo, em Antígua e Barbuda a obesidade afeta 22,8% da população e 38,7% das mulheres, enquanto na Jamaica 18,4% dos homens e 35,7% mulheres.

**FIGURA 9**

**SOBREPESO E OBESIDADE NA POPULAÇÃO ADULTA (MAIORES DE 18 ANOS) EM PAÍSES DA ALC. 2014, EM PERCENTUAL**



Fonte: OMS (online). Dados do Observatório Mundial da Saúde (GHO).

## O CONSUMO DE ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS DE BAIXO VALOR NUTRICIONAL É UM DOS FATORES QUE PROMOVEM O AUMENTO DO PESO

O alto consumo de produtos ultraprocessados ricos em açúcar, gordura e sal, é um dos fatores de risco mais importantes que promovem o aumento no peso, a obesidade e as doenças não transmissíveis. Assim, os estudos mostram que existe uma relação entre o aumento do consumo de açúcares livres e o aumento do peso e, além disso, o consumo regular de bebidas açucaradas tem sido associado a um maior risco de apresentar doenças cardiovasculares, síndrome metabólico e diabetes tipo 2.

Evidências recentes mostram que o consumo de produtos ultraprocessados é cinco vezes maior em países de baixa e média renda, em comparação com os países desenvolvidos. Assim, em âmbito mundial, as vendas de produtos ultraprocessados aumentaram 43,7 % entre 2000 e 2013. Na América Latina<sup>4</sup>, por sua vez, aumentaram em 48%, o que representa cerca de 16% das vendas totais de alimentos, e apresentam um crescimento anual de 3,1%, que está acima da média mundial correspondente a 2,8% (Tabela 4).

Cabe destacar que isso ocorre num contexto de liberalização e desregulamentação dos mercados; rápida urbanização e adoção de formas de vida moderna; e presença de amplo marketing; o que acaba aumentando a disponibilidade e acessibilidade de produtos ultraprocessados, favorecendo o consumo.

---

<sup>4</sup> Nesta análise foram considerados 13 países de América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela

**TABELA 4****VENDAS DETALHADAS PER CAPITA DE ALIMENTOS E BEBIDAS ULTRAPROCESSADOS EM 13 PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, 2000-2013. QUILOGRAMAS E PERCENTUAL DE CRESCIMENTO.**

Países	Produtos alimentares e bebidas ultra processadas			
	Vendas (kg)		Crescimento (%)	
	2000	2013	Período	Anual
Uruguai	60,6	149,3	146,4	7,2
Bolívia	44,6	102,5	129,8	6,6
Peru	40,2	83,2	107	5,8
Chile	125,5	200,6	59,8	3,7
República Dominicana	70,3	96,6	37,4	2,5
Brasil	86	112,3	30,6	2,1
México	164,3	212,2	29,2	2
América Latina	102,8	129,7	26,2	1,8
Colômbia	73,7	92,2	25,1	1,7
Guatemala	90,7	113,5	25,1	1,7
Equador	73,4	87,9	19,8	1,4
Costa Rica	107,8	119,7	11	0,8
Venezuela	92	99,4	8	0,6
Argentina	194,1	185,6	-4,4	-0,3

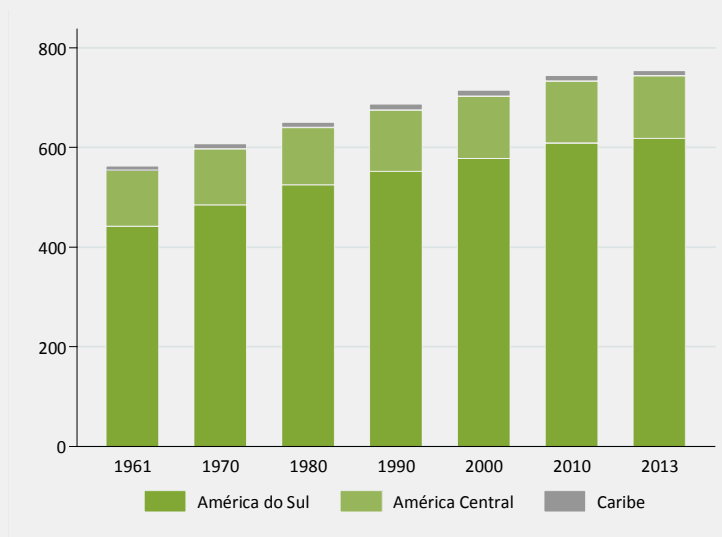
Fonte: OPS (2015).

# O ESGOTAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS É PARTE DOS DESAFIOS PARA ESTABELECEER SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS

A América Latina e o Caribe têm uma grande dotação de recursos naturais, possuem a maior extensão de terra arável de mundo e recebem 29% das precipitações. A superfície agrícola tem aumentado ao longo das décadas: nos últimos 50 anos aumentou em 34%, enquanto que cerca de 46% da superfície terrestre da região está coberta por florestas (Figuras 10 e 11) . No entanto, enquanto a terra agrícola tem aumentado desde 1990, a área coberta por florestas tem reduzido em 9%. Considerando que a região representa 22% da superfície de florestas existentes no mundo, este declínio é um sinal das pressões exercidas sobre o ambiente.

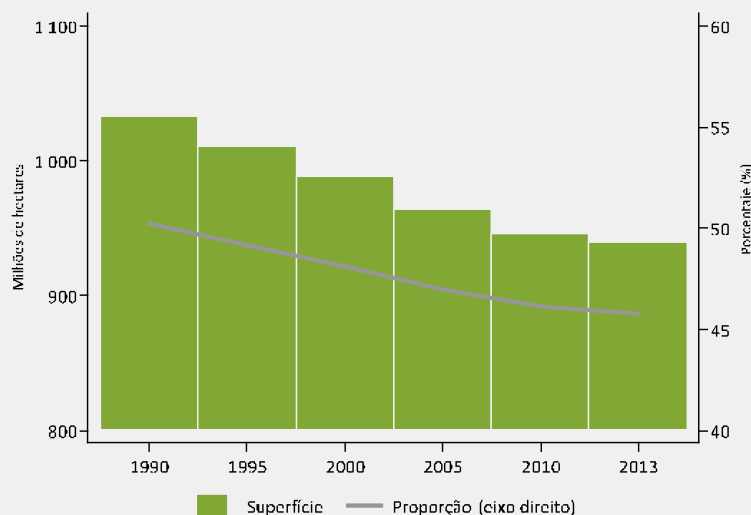
**FIGURA 10**

## EVOLUÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, 1961 – 2013 (EM MILHÕES DE HECTÁRES)



Fonte: FAO (online). FAOSTAT.

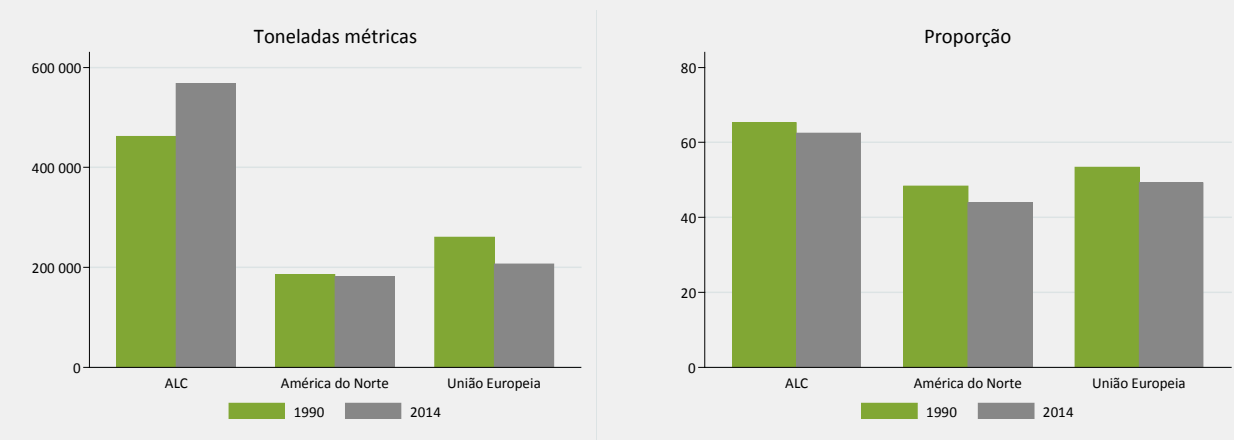


**FIGURA 11****SUPERFÍCIE E PROPORÇÃO DA SUPERFÍCIE COBERTA POR FLORESTAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE. 1990-2013, EM MILHÕES DE HECTÁRES E EM PERCENTUAL**

Fonte: FAO (online). FAOSTAT.

Essas pressões, que vêm em grande parte dos atuais padrões de produção e consumo, também são observadas em outros recursos naturais. Por exemplo, a extração de água na região aumentou mais do que a média mundial, sendo principalmente utilizada pela agricultura. Em geral, a expansão da produção tem sido acompanhada pelo uso intensivo de insumos, degradação dos solos, perda de biodiversidade e o desmatamento. Assim, 14% da degradação mundial dos solos ocorre na região, enquanto a taxa de desmatamento no período 2010-15 foi estimado em 2,2 milhões de hectares por ano para a América Latina e o Caribe.

As exigências atuais de produção e o consumo também provocaram consequências nas emissões de gases. Assim, as emissões per capita de CO<sub>2</sub> aumentaram mundialmente desde 1990. Embora seja verdade que a América do Norte e a União Europeia são as regiões que conseguiram reduzir em maior medida as emissões por pessoa, são também as que mais contribuem para a emissão global de CO<sub>2</sub> com cerca de 17 e 7 toneladas métricas por pessoa respectivamente. A região da América Latina e do Caribe, por sua vez, contribui com menos CO<sub>2</sub>, cerca de 3 toneladas métricas por pessoa; no entanto, desde 1990, estas emissões aumentaram 28%. Nesta linha, as emissões de gás metano (CH<sub>4</sub>) da agricultura também são significativas e, entre 1990 e

**FIGURA 12****EMISSIONES DE METANO AGRÍCOLAS EM ALGUMAS REGIÕES DO MUNDO (1990 E 2014) EM MILHARES DE TONELADAS MÉTRICAS EQUIVALENTE DE CO<sub>2</sub>; E PROPORÇÃO DE CO<sub>2</sub> DA ATIVIDADE AGRÍCOLA SOBRE O TOTAL (1990 E 2014)**

Fonte: FAO (online). FAOSTAT.

2014, estas aumentaram. Em nível mundial, do total de emissões provenientes do setor agrícola, 56% correspondem ao gás metano, enquanto que na América Latina e no Caribe, este percentual se aproxima dos 61%. Isso destaca a urgência de implementar ações para incorporar tecnologia e infraestrutura para avançar em práticas agrícolas mais sustentáveis (Figura 12).

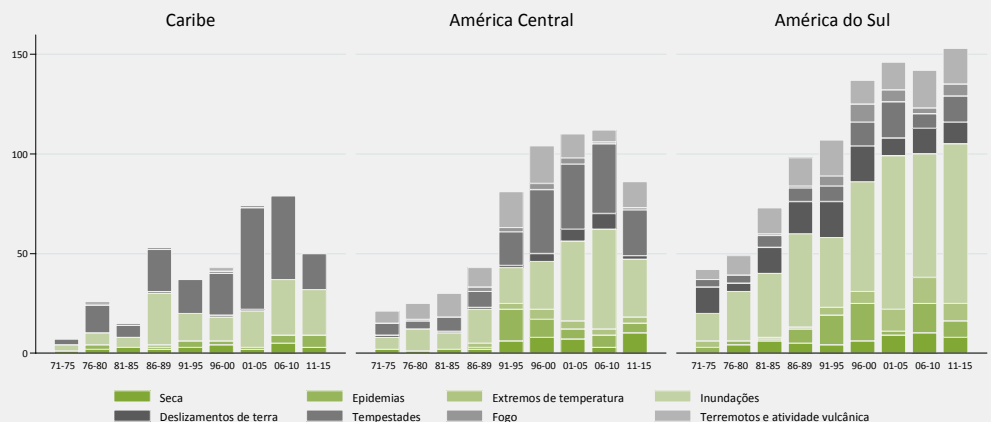
# O AUMENTO DA FREQUÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS NA ALC É UMA AMEAÇA PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

É fato que a frequência de desastres naturais mostra uma tendência crescente (Figura 13). Na América Latina e no Caribe, estima-se que um terço da

população viva em áreas de risco de desastres naturais climáticos e geofísicos, com a população rural e os pequenos agricultores, que muitas vezes são os mais afetados, uma vez que seus meios de subsistência dependem em maior medida do clima, acostumam trabalhar terras de baixa produtividade e com práticas pouco sustentáveis, e possuem uma baixa capacidade de preparação e recuperação perante a ocorrência de desastres. A agricultura é particularmente vulnerável às mudanças climáticas, pois o aumento da temperatura afetará a quantidade e qualidade dos alimentos, afetará a disponibilidade de água e terá efeitos negativos sobre a segurança alimentar e nutricional. Estima-se que, principalmente as famílias atingidas, estarão lideradas por mulheres e/o terão acesso limitado à terras, insumos e tecnologias agrícolas, infraestrutura e educação.

**FIGURA 13**

## FREQUÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS SELECIONADOS NAS SUB-REGIÕES DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE, DIFERENTES ANOS



Fonte: Elaboração própria com informações de CRED (online). EM-DAT: The CRED/OFDA *International Disaster Database*.

Cerca de 25% do impacto econômico negativo dos desastres naturais está no setor agrícola em nível mundial. O subsetor da colheita é o mais afetado, pois absorve 42% dos danos e as perdas totais; enquanto que a pecuária representa o segundo subsetor mais afetado pela absorção de 34% do impacto econômico na agricultura. O subsetor pesqueiro e a silvicultura são afetados, em menor medida, por absorver 5,5% e 2,3% dos custos respectivamente. Estes números são preocupantes, porque afetam os meios de subsistência de 2.500 milhões de produtores agrícolas em nível mundial, e são eles que fornecem cerca de 80% dos alimentos do mundo todo.

Em 2015, os desastres naturais na região foram marcados pela presença do El Niño, com chuvas intensas e frequentes na América do Sul, e a extensão da seca na América Central e no Caribe. A magnitude deste fenômeno é comparável com o observado em 1997-98. Além disso, cabe salientar que este fenômeno está associado à propagação de doenças como a cólera e as que são transmitidas por mosquitos, por isso tornou-se não só um fenômeno com impactos econômicos e ambientais importantes, mas também um risco em termos sanitários.



## **CAPÍTULO 3**

# **POLÍTICAS PARA ENFRENTAR A DESNUTRIÇÃO MEDIANTE A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**



# POLÍTICAS PARA ENFRENTAR A DESNUTRIÇÃO MEDIANTE A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

## O ESTABELECIMENTO DE PADRÕES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL É ESSENCIAL PARA ERRADICAR A FOME E A DESNUTRIÇÃO

Entre as causas subjacentes de desnutrição, as deficiências de micronutrientes, o sobrepeso e a obesidade, e a deficiência de micronutrientes no mundo são as rápidas mudanças ocorridas no padrão alimentar a partir da década de 1980 até os dias de hoje, e que têm modificado os hábitos alimentares da população de forma significativa. No entanto, de forma geral, associa-se a mudança nas dietas ao aumento da renda familiar nos países desenvolvidos, o que implica um aumento da demanda por alimentos, como carne e produtos lácteos e a diminuição do consumo de cereais, nos últimos anos tem sido observado que as

dietas da população mais vulnerável nos países de renda média e baixa também têm sofrido alterações, e assim manifesta-se, entre outras coisas, a presença da desnutrição e a deficiência de micronutrientes e o sobrepeso e a obesidade.

A identificação das dietas inadequadas como causas da desnutrição não é um fator novo; no entanto, as características destas dietas representam, sim, as causas. A presença de padrões de consumo com elevado teor de óleos comestíveis, açúcares e adoçantes, bem como o aumento do consumo de calorias e nutrientes de fontes animais, em comparação com uma diminuição no consumo de leguminosas, vegetais e grãos, foram até há algumas décadas um fenômeno associado aos países desenvolvidos. No entanto, desde a década de 1990 esta dieta se massificou de tal forma que agora é uma parte importante dos padrões alimentares dos países que ainda estão em desenvolvimento.

Entre essas mudanças, preocupação especial envolve a massificação na oferta e no consumo de produtos alimentares ultraprocessados. Um estudo recente mostra o crescimento significativo na oferta desses

produtos em países de renda média-alta e média-baixa, em particular a venda de produtos congelados, lanches e refrigerantes. A tal ponto chegou este fenômeno que observa-se uma relação inversamente proporcional entre o PIB per capita e o crescimento na venda destes produtos: quanto menor o PIB per capita, maior o aumento em termos relativos da venda de produtos ultraprocessados.

Contar com dietas mais adequadas do ponto de vista calórico e nutricional é fundamental para enfrentar a situação atual da desnutrição em todas as suas formas que afetam a população da região. Na verdade, a alimentação saudável é o fator comum que permitiria reduzir a fome, a desnutrição e as deficiências de micronutrientes e, ao mesmo tempo, que se enfrentaria a presença crescente de sobrepeso e obesidade. Isto implica que a preocupação programática de políticas deve estar centrada nos determinantes de consumo alimentar das famílias: Quais são os alimentos disponíveis nos mercados alimentares? As pessoas podem ter acesso a estes alimentos? São os alimentos adequados para sua inclusão na dieta? A população está disposta a incluir esses alimentos em seu padrão de consumo?

## **OS PAÍSES DA REGIÃO ESTÃO PROMOVENDO A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À DEMANDA E À OFERTA DE ALIMENTOS**

Ainda que a região tenha feito progressos significativos para alcançar ganhos da ação integrada de diferentes setores do Estado e vários atores da sociedade na luta contra a fome, o papel das diferentes áreas de ação pública na promoção da alimentação saudável até o momento não está totalmente integrado na agenda política da América Latina e do Caribe. De qualquer forma, talvez ainda não de forma coordenada intersetorialmente, mas são observadas, sim, iniciativas de diversas índoles para

promover mudanças nos padrões alimentares por parte dos países da região.

Estas iniciativas, de naturezas diferentes e realizadas por organizações de diferentes setores podem ser caracterizadas em dois grandes grupos: a) aqueles que promovem a demanda por alimentos saudáveis, e b) aqueles que aumentam a sua oferta.

a) **Política de modificação da demanda de alimentos e promover a adoção de dietas saudáveis.** Dentro desta categoria todas as iniciativas destinadas a mudar a dieta do ponto de vista do consumo, isto é, as políticas que visam estimular a adoção de dietas saudáveis, seja por meio de ações propositivas como aquelas relativas a orientações alimentares ou de educação nutricional; ou por meio de ações regulatórias, como a definição de normas para a publicidade de alimentos, a rotulagem dos produtos alimentares ou a implementação de instrumentos fiscais (impostos ou subsídios) para incentivar a compra de alimentos saudáveis, e/ou desencorajar a compra de produtos com alto conteúdo calóricos, açúcar, sal ou gordura, dependendo do caso.

Entre esses instrumentos estão os *guias alimentares baseados em alimentos*, que são uma das políticas mais amplamente utilizadas para promover a alimentação saudável na região, estando atualmente presente em 28 dos 33 países da América Latina e do Caribe. Estes instrumentos possuem um papel importante na orientação dos hábitos de consumo das pessoas, pois já são dotados de uma série de princípios relacionados com a promoção de uma alimentação saudável.

Uma análise de 24 guias alimentares no mesmo número de países da região<sup>5</sup> indica, entre outras coisas, que 23 deles incluem entre as suas principais mensagens a diminuição na ingestão de gordura; 22 promovem a redução do consumo de sal; 20 promovem uma dieta variada e consumo de frutas e vegetais; 19 aconselham a diminuição do consumo de açúcar; e 18 estimulam a realização de atividade física. Da mesma forma, os guias alimentares baseados em alimentos são a base para a implementação de políticas que, neste momento, têm se concentrado principalmente nos setores de saúde e educação, frente a uma presença menor em políticas agropecuárias ou de desenvolvimento social. Cabe destacar que, de qualquer forma, os guias alimentares têm sido considerados na elaboração das políticas de segurança alimentar e nutricional da Costa Rica, Brasil, Argentina, El Salvador, Belize e Guiana.

Por outro lado, uma vez que o preço dos alimentos é um dos principais determinantes do consumo, e alimentos saudáveis são, aparentemente, mais caros do que o seu par não-saudável<sup>6</sup>, a criação de *impostos específicos sobre alimentos não saudáveis com alto conteúdo de açúcar, sal ou a gordura* é uma medida que, embora não seja generalizada no momento, tem sido utilizada em alguns países da região para desestimular o consumo de alguns alimentos e assim promover outros. Entre as vantagens dessas políticas está, a de que geram incentivos para reduzir a compra de alimentos não saudáveis, especialmente na população de baixa renda, que é a mais propensa a mudar seus hábitos alimentares devido a mudanças nos preços dos alimentos. Na América Latina e no Caribe existem, atualmente, apenas três países que implementaram este tipo de medidas: México (em

<sup>5</sup> Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Saint Kitts y Nevis, Santa Lucía Uruguai e Venezuela.

<sup>6</sup> Como se assinala na seção de Acesso da versão completa do *Panorama*.

2013), Barbados (2015) e Dominica (em 2015). Um estudo recente do primeiro ano do imposto no México mostra que a compra de bebidas com adição de açúcar diminuiu em termos absolutos e relativos, com maior preponderância no setor sócio-econômico baixo, e apresentou uma diminuição de -17,4% perante as compras esperadas de acordo com a tendência dos anos anteriores, enquanto as famílias de nível socioeconômico médio e alto apresentaram um redução que oscilou entre -5,5 e -5,6%. No mesmo período, no entanto, observou-se um aumento da compra de bebidas sem adição de açúcar - isto é, não sujeita ao imposto- entre 1,5 e 5,9%, com uma prevalência maior em famílias de renda média.

Entre os determinantes da demanda de alimentos, as estratégias de *marketing* utilizadas pela indústria de produtos ultraprocessados são um dos fatores que podem explicar mudanças nas preferências alimentares da população, particularmente dos menores. Para enfrentar os efeitos negativos da publicidade sobre alimentos, alguns países da região começaram a gerar leis e/ou regulamentos para *regular a geração da publicidade de alimentos e bebidas não alcoólicas para crianças*. Em particular, seis países da região têm estabelecido por meio de leis nacionais a regulação da publicidade de alimentos: Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Uruguai. Foi observado que este tipo de medidas estão entre as políticas com a melhor relação custo-efetividade da habitual gama de intervenções para prevenir o sobrepeso e a obesidade, mas ainda cabe destacar que seu efeito na nutrição é menor do que com outras medidas.

Da mesma forma, outro dos instrumentos utilizados pelos países na região é a *rotulagem nutricional de alimentos*, que é uma forma de garantir o direito das pessoas à informação oportuna, clara, precisa e não enganosa sobre o conteúdo e as características do alimento, que também permite aos consumidores fazer escolhas informadas sobre os alimentos que consumirão. De acordo com a *Norma Geral Codex*

*Alimentarius para a Rotulagem de Alimentos pré-embalados*, a criação de normas específicas permite padronizar a informação nutricional que entrega a indústria alimentar nos produtos, evitando a entrega de dados confusos; evita a presença de mensagens falsas e/ou imprecisas sobre os alimentos; permite que os consumidores informados possam tomar decisões sobre a compra de alimentos; e também permite cumprir os padrões internacionais que possam facilitar a exportação de produtos alimentares. Em 2015, nove países da América Latina e do Caribe tinham normas de rotulagem obrigatória de alimentos, enquanto dois tinham orientações para a rotulagem voluntária<sup>7</sup>.

Seguindo a tendência mundial, a maioria deles era obrigatória para a parte de trás da embalagem (*rotulagem BOP*), embora alguns também tivessem a rotulagem na frente da embalagem (*rotulagem FOP*). Desde a implementação de normas para a rotulagem de alimentos na região, que é recente, há uma grande quantidade de avaliações dos efeitos sobre o consumo e/ou na indústria de alimentos, podendo ser a rotulagem na parte posterior ou anterior das embalagens. Entre as iniciativas implementadas, cabe destacar o Equador e o Chile entre os países que estabeleceram a rotulagem frontal (*rotulagem FOP*) para facilitar a identificação dos produtos com alta concentração de açúcar, sal e/ou de gordura.

*As intervenções de educação alimentar e nutricional* correspondem aos esforços públicos relativos à entrega de informação, educação e capacidades que permitam a população alvo mudar seus hábitos alimentares. Estas são uma das estratégias mais comuns na região para a redução da desnutrição em todas as suas formas e têm diferentes alvos de acordo com o país e a política: promoção da

---

<sup>7</sup> Os países que têm regulações obrigatórias são Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai e Uruguai, e os países que possuem diretrizes voluntárias são o Estado Plurinacional da Bolívia e Venezuela.

amamentação e as melhores práticas de alimentação complementar; aumento do consumo de alimentos frescos e variados, incluindo grãos integrais, legumes, frutas e vegetais; e a redução do consumo de produtos com alto teor calórico, elevado teor de açúcar, sal ou gordura. A maioria destas campanhas vem também acompanhadas pela promoção da atividade física e vida saudável em geral. Entre as diversas intervenções, as iniciativas de educação alimentar e nutricional nas escolas são uma das medidas mais comuns e as mais estudadas. Uma recente revisão sistemática das políticas implementadas na América Latina mostrou que as intervenções com melhores resultados foram aquelas que combinaram programas educacionais com outras medidas paralelas, como a realização de atividade física, mudanças no perfil nutricional em cardápios escolares e o estabelecimento de políticas institucionais para a prevenção do sobrepeso e da obesidade. Em casos específicos, como a Colômbia, por exemplo, observou-se que uma estratégia combinada de educação alimentar e atividade física que levou à redução da circunferência da cintura, do Índice de Massa Corporal (IMC) e da gordura corporal total. Já os estudos no Brasil confirmaram que as intervenções educacionais em crianças em escolas reduzem o consumo de alimentos não saudáveis, como bebidas carbonatadas ou alimentos de alta densidade energética, embora não foram medidos os efeitos diretos na medida corporal.

Vinculados às intervenções de educação alimentar e nutricional, vários *programas de alimentação escolar* na região foram concebidos não apenas para enfrentar a fome e a desnutrição, mas também para prevenir o sobrepeso e a obesidade: por exemplo, no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem permitido um aumento do consumo de frutas e vegetais entre seus beneficiários, para aumentar a oferta de ambos os tipos de alimentos em mais de 30 pontos percentuais entre 2004 e 2006. Da mesma forma, o desenho dos cardápios pode

incidir decididamente no consumo de micronutrientes em crianças em idade escolar: alguns estudos em países em desenvolvimento argumentam que eles podem ter um efeito benéfico na ingestão de ferro aumentando e, assim, reduzir a prevalência de anemia. Em países como a Costa Rica, Uruguai e Peru, as leis e regulamentos, entretanto, foram estabelecidas para promover a alimentação saudável nas escolas, proibir a venda de produtos ultraprocessados em quiosques das escolas ou a presença de saleiros nos refeitórios.

b) **Políticas para modificar a oferta de alimentos saudáveis.** Dentro desta categoria analisa-se como os sistemas alimentares - sejam produtores ou processadores - promovem o estabelecimento de um ambiente adequado para uma alimentação saudável, principalmente pela disponibilidade de alimentos.

Neste sentido, a agricultura familiar tem um papel muito importante como fornecedor de alimentos como legumes, frutas e vegetais; e certos tipos de alimentos de origem animal. Na Argentina, por exemplo, a agricultura familiar é responsável por 82% da produção de caprinos (em comparação com 26% dos bovinos), enquanto no Brasil é responsável por 87% da oferta de mandioca e 70% do fornecimento de feijão. Da mesma forma, eles são responsáveis por 80% do abastecimento de hortaliças no Uruguai; 54% no Chile; e 70% do milho e 64% da batata no Equador. No entanto, a disponibilidade nem sempre se reflete nos mercados domésticos. Assim, *o acesso aos mercados e a integração de agricultores familiares nas cadeias de valor* são um dos aspectos críticos a serem abordados para consolidar o papel das políticas agroalimentares na nutrição. Na verdade, se considerarmos que a agricultura familiar já fornece uma proporção majoritária dos alimentos base para a constituição de dietas saudáveis na região (como frutas, vegetais e legumes), é necessário que esta oferta esteja efetivamente disponível e acessível para toda a população.

Frente a isto, uma das iniciativas que tem sido promovida mais amplamente na região é o estabelecimento de *circuitos curtos nas cadeias agroalimentares*. Estes circuitos são definidos como cadeias de comercialização em que a distância entre produtores e consumidores é mínima ou mesmo inexistente; isto é, a presença de intermediários diminui e, assim, o acesso à produção agrícola é permitido diretamente aos mercados. A implementação dos circuitos curtos varia de acordo com a realidade dos países da América Latina e do Caribe. No Chile, por exemplo, a presença de mercados de rua tradicionais é um dos exemplos mais comuns de circuitos curtos: estima-se que esses espaços atendem 70% do mercado nacional de frutas e legumes e 30% do mercado de peixe. Cabe assinalar, da mesma maneira, que 99,5% dos produtos comercializados nos mercados de rua são naturais ou não processados, ou seja, são os alimentos base alimentos de qualquer dieta saudável.

Outra maneira pela qual os circuitos curtos se materializaram é por meio dos *mercados ou centrais de abastecimento*. Estima-se que existem, atualmente, 291 mercados ao atacado na América Latina e no Caribe que em parte são áreas tradicionais de vendas de produtos agropecuários, mas também correspondem, em alguns casos, a iniciativas mais recentes (das décadas de 1970 e 1980 e, inclusive, dos últimos anos). No entanto, apesar da sua importância, as quantidades de produtos comercializados nas centrais de abastecimento são oferecidos em ritmos menores que o dos supermercados e outros espaços similares. Neste sentido, cabe destacar o potencial das centrais de

abastecimento como comercializadores de alimentos saudáveis – em muitos países são os principais espaços de venda de produtos frescos –, o que os torna um espaço fundamental de ação pública.

Finalmente, dado que o conceito de circuitos curtos está relacionado com a distância geográfica entre produção e consumo, a *agricultura urbana e peri-urbana* constitui uma boa oportunidade de implementação de relações diretas entre produtores e consumidores. A proximidade com o território permite que a produção se adapte à demanda local de alimentos, e a ausência de intermediários reduz os custos de transporte e comercialização, e assim se torna em uma opção válida para a promoção da alimentação saudável. Por exemplo, algumas avaliações sobre as iniciativas de agricultura urbana mostram que o aumento da variedade de alimentos consumidos pelos produtores, especialmente as hortaliças, tem implicação na melhoria da ingestão de vitaminas e minerais.



## MENSAGENS PRINCIPAIS

- ▶ América Latina e o Caribe devem enfrentar todas as formas de fome e desnutrição para poder cumprir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), vinculando a segurança alimentar, sustentabilidade, nutrição e saúde.
- ▶ Para alcançar o ODS2/Fome Zero, a América Latina e o Caribe devem erradicar a fome que atinge 5,5% da população regional, e também a desnutrição crônica e o sobrepeso que atingem atualmente 11,3% e 7,2% de menores de 5 anos respectivamente.
- ▶ O sobrepeso atinge pelo menos metade da população de todos os países da região, salvo o Haiti (38,5%), o Paraguai (48,5%). Além disso, a obesidade afeta desproporcionalmente às mulheres: em mais de 20 países a diferença entre a taxa de obesidade feminina é de 10 pontos a mais que a dos homens.
- ▶ Uma das causas subjacentes da fome e da desnutrição em todas as suas formas são os padrões alimentares inadequados existentes em toda a América Latina e no Caribe. Promover a alimentação saudável é um fator chave para reduzir de forma simultânea a fome, a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade.
- ▶ Os países da América Latina e do Caribe devem fortalecer e ampliar suas políticas públicas para promover o consumo de alimentos saudáveis. A regulação da publicidade de produtos ultraprocessados, as normas de rotulagem e os impostos específicos para bebidas adoçadas, são algumas das iniciativas em curso. Elas devem ser complementadas com políticas para aumentar a oferta de alimentos saudáveis, assim como também os sistemas de compras governamentais e públicos e sua conexão com a agricultura urbana e peri-urbana, a alimentação escolar e a implementação de circuitos curtos de produção e a comercialização de alimentos, entre outras.
- ▶ É necessária uma mudança profunda dos sistemas alimentares atuais para garantir a sustentabilidade e a capacidade de abastecer com uma alimentação nutritiva e acessível para todos, preservando os ecossistemas por meio do uso eficiente e sustentável do solo e dos recursos naturais e melhorar as técnicas de produção, armazenamento, transformação e processamento dos alimentos.

# 2016

## América Latina e o Caribe

# PANORAMA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

### SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS PARA ACABAR COM A FOME E A MÁ NUTRIÇÃO